

CEMIG TELECOM

CNPJ Nº 02.983.428/0001-27

Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

(a) A Companhia

A CEMIG Telecomunicações S.A. – CEMIGTelecom (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG, que oferece rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações, no Estado de Minas Gerais e outros Estados do Nordeste e Centro-Oeste, utilizando-se da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica das concessionárias de energia, principalmente a da CEMIG.

A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua dos Inconfidentes, 1.051 – Térreo – Funcionários – Belo Horizonte – MG. É autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL a explorar Serviços de Comunicação Multimídia – SCM, por prazo indeterminado, cuja outorga se deu através do ato 41.002 de 3 de dezembro de 2003.

Criada em 13 de janeiro de 1999, a CEMIGTelecom tem como foco prestar serviços de telecomunicação para os segmentos corporativo, de provedores de acesso à Internet (ISP) e de operadoras de telecomunicações. Atua no mercado de atacado alugando circuitos especializados para prestadoras de serviços de telefonia fixa, móvel, TV a cabo, business carriers, data center, banda larga, dentre outras.

O core business da Companhia é a prestação de serviços de telecomunicações no segmento de operadoras, provedores de acesso à internet (ISP) e o provimento de serviços especializados para o segmento corporativo, disponibilizando soluções de conectividade de redes e acesso à internet, tais como: acesso à internet corporativo, comunicação de dados entre matriz e filiais, soluções de alta capacidade e qualidade, aluguel de circuitos especializados (Links, Rede IP/MPLS e VPNs), atendimentos customizados para cada negócio, soluções de conectividade, entre outros.

A CEMIGTelecom disponibiliza a maior rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações de Minas Gerais, com presença em mais de 70 cidades mineiras, que concentram aproximadamente 90% do PIB do estado. Adicionalmente, disponibiliza também serviços através de redes ópticas nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Goiânia e Fortaleza, além de possuir pontos de presença nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Visando viabilizar a entrada de um novo sócio na Ativas, a CEMIGTelecom assumiu um valor significativo de dívida de curto prazo. Com isto, em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante da CEMIGTelecom excedeu o ativo circulante em R\$74.312. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e debêntures de curto e longo prazos da CEMIGTelecom totalizaram R\$63.751 e R\$37.621, com vencimento no segundo e quarto trimestres de 2017, nos montantes de R\$18.134, R\$46.310, respectivamente, no entanto, cabe ressaltar que a Companhia contabilizou fluxos de caixa operacionais positivos nos valores de R\$46.827 e R\$56.971 em 2016 e 2015, respectivamente.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Companhia deverá captar valores significativos de capital de terceiros e/ou aporte de seu acionista, podendo continuar a depender da contratação de dívidas adicionais.

A Companhia possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de empréstimos para rolagem das dívidas, além de contar com suporte financeiro de seu controlador, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

A Administração acredita que a Companhia possui capacidade de geração operacional de caixa satisfatória e reúne condições adequadas para cumprir com as suas obrigações de curto prazo e continuar a fazer os investimentos necessários à manutenção dos projetos em andamento.

(b) Investimento em coligada

Até 18/10/16, a Companhia detinha controle compartilhado – “joint venture” na companhia Ativas Data Center S.A. (“Ativas”), com participação de 49% do capital social dessa empresa. A partir desta data, com a entrada da Sonda Procwork Outsourcing Informática Ltda (“Sonda”), novo sócio no negócio, teve a sua participação diluída para 19,6%, passando a classificar o investimento como coligada. A gestão e as principais deliberações sociais são exercidas pelo novo sócio controlador, conforme acordo de acionistas.

A Ativas é uma entidade domiciliada no Brasil. Sua sede e parque tecnológico encontra-se na Rua Agenório Araújo, nº 20, Bairro Camargos, Belo Horizonte - MG e escritórios comerciais em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba. A Ativas tem como objeto social:

- prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física de ambientes de tecnologia da informação;
- armazenamento de base de dados e site-backup;
- prestação de serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade;
- prestação de serviços de consultorias em TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação e conectividade com venda de acesso e banda internet; e
- licenciamento e cessão de direito de uso de programas de computação.

Com a entrada do novo sócio controlador, Sonda, foram tomadas diversas ações visando à readequação de sua estrutura organizacional, operacional e financeira. Como parte do plano de reestruturação dessa coligada, foi realizada em outubro de 2016, a liquidação antecipada de parte substancial de seus empréstimos, financiamentos e debêntures, visando obter uma estrutura de capital compatível com o tamanho de seus negócios.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06 de abril de 2017.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos, quando aplicável.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos emitidos pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 – valor justo de ativos e passivos;
- Nota 8 – perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 9 – estimativa de realização arrendamento mercantil financeiro
- Nota 11 – utilização de prejuízos fiscais e realização de diferenças temporárias;
- Nota 13 – reflexos do investimento em coligada;
- Notas 14 e 15 – estimativas da vida útil e dos valores residuais dos bens do ativo imobilizado e do intangível;
- Nota 21 – provisões e contingências;
- Nota 28 – instrumentos financeiros;
- Nota 29 – mensuração de ativos e passivos atuariais de benefícios pós-emprego a empregados.

3. Principais Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da

negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados – e o correspondente valor líquido apresentado no balanço patrimonial – somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

· Caixa e equivalentes de caixa:

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalente de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

· Ativos financeiros mantidos até o vencimento:

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída em receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

· Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Por esta razão, geralmente encontram-se classificados no grupo de ativos circulantes. Contudo, caso estes ativos sejam dados em garantia ou haja qualquer outra restrição a seu uso no curto prazo, os mesmos podem ser classificados no grupo de ativos não circulantes. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação incorridos em investimentos mensurados ao valor justo através do resultado são debitados à demonstração do resultado, como despesas, na data da transação. Após esta data, as variações de seu valor justo são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras. Tais ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa relacionados ao ativo tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade.

· Recebíveis:

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimo, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescida de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital Social

Ações ordinárias – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. A integralidade do capital social da Companhia está representada por ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando declarados, em conformidade com o estatuto social, são reconhecidos como passivo.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Quando aplicável, os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

(b) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos, incluindo os de empréstimos sobre ativos qualificáveis, necessários à colocação do ativo no local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Ativos sobressalentes

Os materiais e equipamentos sobressalentes de determinados itens do imobilizado, cuja destinação provável é a substituição futura de bens em operação e para os quais se espera seu uso por mais de um exercício social, são classificados em estoque de sobressalentes, no ativo imobilizado, até a sua destinação final. Os bens novos adquiridos com essa finalidade somente são incorporados ao imobilizado em serviço no momento em que são requisitados. Os bens retirados do imobilizado em serviço por substituição são reintegrados ao estoque de sobressalentes e a sua depreciação é normalmente continuada, desde que seu reparo e reutilização sejam possíveis.

(iii) Custos subsequentes

O custo de substituição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item quando for provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente substituído por outro é transferido para os estoques de sobressalentes ou baixado, conforme o caso. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos, os quais incluem o valor pago pelos serviços de desativação e reparo, assim como o custo de materiais e componentes necessários à substituição e realocação do bem em estado de funcionamento.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Conforme revelado na nota explicativa 13, a administração da Companhia revisa anualmente a estimativa das vidas úteis e dos valores residuais dos ativos pelo menos uma vez a cada exercício ou sempre que são identificados indícios de alterações nessas estimativas. Os eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa 14.

Quando é possível identificar um ou mais ativos associados a uma solução específica que visa ao atendimento de determinado contrato de prestação de serviços, suas vidas úteis passam a ser limitadas ao tempo estimado de vigência contratual.

(c) Ativos intangíveis

(i) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software adquiridas de terceiros são registradas no ativo intangível e mensuradas com base nos custos de aquisição e implantação, sendo amortizadas pelo respectivo prazo de vida útil estimado.

O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é registrado como custo daquele equipamento e classificado no ativo imobilizado.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iii) Amortização

Amortização dos ativos intangíveis é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, excetuando-se o ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa 14.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados, caso seja adequado.

(d) Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento no nível individualizado. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perspectiva de perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando-se o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos no mínimo a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas estimadas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(e) Benefícios a empregados

(i) Plano Misto de benefícios Previdenciários - Plano B

O plano é de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego no qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. O benefício futuro é descontado a valor presente por uma taxa de juros imune de riscos. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha, ou na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo, e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuariado qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem e não são reclassificados para o resultado.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados – Pró Saúde Integrado e Plano Odontológico

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha ou, na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é